

ANMP tem mais poder simbólico que efectivo

Associação de municípios está a assinalar um quarto de século de existência

■ A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), fundada há 25 anos, não tem conseguido obter a força política para impor as suas reivindicações mas dispõe de um poder simbólico muito forte, considera o sociólogo Fernando Ruivo.

Para o coordenador do Observatório dos Poderes Locais, criado em 2002 no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, a ANMP é no entanto «uma entidade extremamente importante».

«Infelizmente para as autarquias, tem um poder simbólico muito forte, mas materialmente algo reduzido», considera o docente da Faculdade de Economia de Coimbra, que se doutorou com uma tese intitulada “Um Estado Labiríntico: O Poder Relacional nas Relações entre Poderes Local e Central em Portugal”.

Olhando para as linhas orientadoras do congresso constituinte, a 19 e 20 de Maio de 1984, na Figueira da Foz, Fernando Ruivo realça à Agência Lusa que, nomeadamente, sobre o propósito de participação na elaboração de legislação o seu papel tem sido reduzido «porque recebe as coisas feitas».

Na sua perspectiva, este papel materialmente reduzido da ANMP «pouco ou nada tem a



EVITAR APROPRIAÇÃO pelo centralismo motivou escolha de Coimbra para a sede da ANMP

ver com os partidos políticos», mas com a «mentalidade centralista do país».

Barbosa de Melo, um dos obreiros da fundação da ANMP, considera que apesar da associação se ter «assumido como contra-poder» em determinados momentos, «não se pode deixar de fazer um juízo positivo» ao seu percurso de um quarto de século de existência.

Para aquele antigo presidente do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi ao longo de 25 anos uma das grandes dinamizadoras do desenvolvimento de Portugal, apoiando as autarquias no cumprimento dessa missão.

Respeitar as diferenças

Manuel Machado, que presidiu à Câmara de Coimbra durante 12 anos, até 2001, depois de um “tirocínio” de um mandato como vereador, foi um dos fundadores da ANMP. Ao olhar para o seu trajecto diz que ela «tem tido altos

e baixos, como tudo na vida», mas não deixando de «dignificar o poder local democrático».

«Não se deixou transformar em sindicato de autarcas. Tem conseguido ao longo do tempo manter uma postura dialogante com os órgãos de soberania, mesmo quando foi contrariada», realça, ilustrando com o facto de ter havido um primeiro-ministro que recusou relacionar-se com ela.

Manuel Machado, que durante vários anos teve um cargo de vice-presidente na ANMP, salienta que «o segredo da associação foi respeitar cada qual na sua diferença, nas suas idiossincrasias partidárias e religiosas», tornando-se num «exemplo para a sociedade portuguesa».

O congresso constituinte da Figueira da Foz representou uma afirmação do municipalismo democrático, e de uma instituição que se queria «não apropriável pelo centralismo», daí a escolha de Coimbra para a sua sede nacional, recorda.

Um motor para boas práticas

Almeida Henriques, presidente do Conselho Empresarial do Centro, realça que a ANMP é um dos poucos serviços de dimensão nacional que tem a sua sede na região Centro de Portugal.

Numa perspectiva de equilíbrio, a região Centro, com o seu contributo de 21 por cento para o PIB, deveria ter instalados um quinto dos serviços, refere o dirigente empresarial, frisando que se assim fosse talvez o contributo da região para o PIB aumentasse para 25 por cento, pelo efeito dinamizador do desenvolvimento que a localização das instituições representa.

Na visão de Almeida Henriques, a ANMP «é um parceiro incontornável na sociedade portuguesa»; um interlocutor, quer do Governo, quer dos parceiros sociais.

«Tem sido um motor para boas práticas das autarquias», adaptando os melhores modelos extraídos do mundo das empresas, acrescenta.